



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 074/11**

**Ementa: Classifica a visão monocular como deficiência visual.**

**Art. 1º- Fica classificada como deficiência visual a visão monocular, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº

549/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Umuarama-PR, à Rua Nova Esperança nº 01, Barro Roberto Silveira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2011.

**FERNANDO SCANAVACA**  
Deputado Estadual - PDT



## JUSTIFICATIVA

A Creche Pequeno Príncipe é uma entidade social sem fins lucrativos em funcionamento desde 18 de janeiro de 1998, tendo por objetivo promover o desenvolvimento e o bem estar das crianças, em observância aos princípios constitucionais e as leis vigentes, regida por estatuto próprio devidamente aprovado em assembléia.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2011.



**FERNANDO SCANAVACCA**  
Deputado Estadual - PDT



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 549/2011**

**Projeto de Lei nº. 549/2011**

**Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na Cidade de Umuarama.*

**EMENTA:** **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Creche Pequeno Príncipe**, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 02

**PROJETO DE LEI Nº 595/2011.**

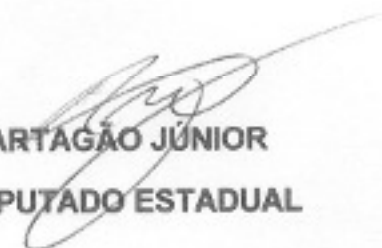


**SÚMULA:** Dispõe sobre DENOMINAÇÃO PR-460 que margeia a cidade de Pitanga.

**Art. 1º** Fica denominada de "PREFEITO DIRCEU DIOGO PORTUGAL" a Avenida Marginal PR 460.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 julho de 2011.

  
**ARTAGÃO JÚNIOR**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

15:22 01/08/2011 005765 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**JUSTIFICATIVA:**

A homenagem justifica-se na medida em que trata-se de uma pessoa íntegra e humilde de família pioneira deste município, que assumiu cargos relevantes, tais como Vereador, Prefeito e Delegado, sempre priorizando o bem estar social.

Considerando que a via praticamente faz parte da área urbana desta cidade e desejando atender a solicitação dos Pitanguenses pelo reconhecimento do trabalho público desempenhado pelo ilustre cidadão, que permanece na memória do povo Pitanguense.

Diante disso, podemos concluir que a PR-460 pela sua importância econômica para a região, merece receber denominação a altura da sua finalidade recebendo nome que a dignificará.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 595/2011**

Projeto de Lei nº 595/2011

Autor: Deputado Estadual Artagão Junior

**Súmula: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO PR-460 QUE MARGEIA A CIDADE DE PITANGA.**

**EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. POSSIBILIDADE. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. PARECER DO DER/PR RELATANDO A INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior, tem por objetivo denominar a Avenida Marginal PR 460 de Prefeito Dirceu Diogo Portugal, tendo em vista sua importância para tal Município.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

**Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza,  
pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em  
seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios  
públicos estaduais que contenham nomes de pessoas,  
fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná,  
como forma de se preservar a memória tradicionalista da  
vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme  
Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente  
projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na  
LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**



COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2011

Da COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
sobre o Projeto de Lei nº 595, de 2011, que  
*"Dispõe sobre DENOMINAÇÃO PR-460 que  
margeia a cidade de Pitanga."*

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria do DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR, objetiva denominar "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" à "Avenida Marginal PR 460", que margeia a cidade de Pitanga. Na justificativa, o autor esclarece que o propósito é homenagear pioneiro daquele município que ocupou os cargos de Prefeito, Vereador e Delegado.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria recebeu parecer favorável do Relator, DEPUTADO ALEXANDRE CURI, sendo aprovada, sem emendas, e remetida a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que, nos termos do art. 33-F do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 003, de 27 de abril de 2011 (*Diário Oficial da Assembleia nº 44, de 28 de abril de 2011*), *verbis*:

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas à obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

A proposição em análise visa denominar de "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" à "Avenida Marginal PR 460", que margeia a cidade de Pitanga. Conforme assinalado pela CCJ, a Constituição Estadual em seu art. 238 estabelece algumas vedações, entre as quais a de se atribuir nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou a Município. De acordo com a justificativa ao Projeto de Lei fica claro tratar-se de homenagem à pessoa já



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Gabinete do Deputado Elton Welter**

D. L.

Fts. 24

falecida que prestou relevantes serviços ao Município de Pitanga. A proposição, portanto, está em conformidade com o que reza a Constituição do Estado.

Instada pela Presidência da CCJ a emitir parecer técnico acerca do projeto em tela, a Direção-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, por meio da *Informação nº 27/2011*, lavrada pelo engenheiro coordenador da Diretoria de Operações/CGM, Jorge Akishino, esclareceu tratar-se o logradouro de "Avenida marginal da PRC-466 em Pitanga". Acrescentou, ainda, que: "A extensão da avenida é 2.205,43 metros e se encontra na faixa de domínio da rodovia PRC-466, até a presente data não tem denominação aprovada por lei estadual (...)".

**III - VOTO**

Não vislumbramos óbices no que tange aos aspectos legais e constitucionais da matéria. No que tange ao mérito, o voto é pela aprovação do PL nº 595, de 2011. Porém, considerando as informações técnicas prestadas com vistas a esclarecer a correta designação do logradouro e objetivando o aprimoramento da iniciativa, apresenta-se o seguinte:


**SUBSTITUTIVO GERAL AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 591, DE 2011**

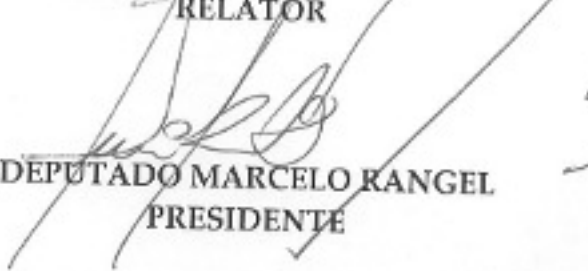
- Denomina "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC-466, no Município de Pitanga.

Art. 1º Fica denominada "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC-466, no Município de Pitanga.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO ELTON WELTER**  
**RELATOR**

  
**DEPUTADO MARCELO RANGEL**  
**PRESIDENTE**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 31

**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 595/11**

**Projeto de Lei nº 595/11**

**Autor da emenda: Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Súmula:** Denomina "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC-466, no Município de Pitanga.

**EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA. SUBSTITUTIVO. OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI 595/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Deputado Artagão Junior, que denomina de "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC-466, no Município de Pitanga no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Alexandre Curi.

Ocorre que, na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação desta Casa, o referido projeto recebeu uma





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Emenda Substitutiva. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 33

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra e, denominando substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grito nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

•






*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**

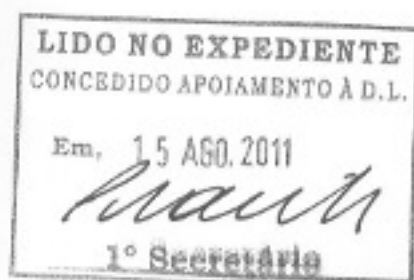
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 27 Setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**





PROJETO DE LEI


Nº 633/11

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2011.

  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Deputado Estadual

#### JUSTIFICATIVA

O Centro Social Padre Arnaldo Jansen foi fundado em 1962 pelo Reverendíssimo Padre Pedro Fuss, com o objetivo de desenvolver um trabalho de filantropia voltado à promoção humana, à assistência social, espiritual e cultural, principalmente para crianças e menores carentes.

A sua presença comunitária é de elevada contribuição através das várias ações e programas que desenvolve, como, por exemplo, por meio das Pastorais da Criança, do Menor, da Terceira Idade e da Solidariedade.

Também são realizados e coordenados, através do Centro Social Padre Arnaldo Jansen, programas como das cozinhas comunitárias e outras ações de grande impacto social, com o fornecimento de alimentos, roupas e agasalhos e da assistencial social integral para crianças e adolescentes.

O Centro Social Padre Arnaldo Jansen é entidade que tem reconhecimento de utilidade pública municipal e federal e para o qual agora, propomos o presente reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, solicitando, nesse sentido, manifestação e voto favorável dos nobres pares.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 633/2011**

**Projeto de Lei nº. 633/2011**

**Autor: Deputado Estadual Francisco Buhner**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **Centro Social Padre Arnaldo Jansen**, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS  
- PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Francisco Buhner, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Centro Social Padre Arnaldo Jansen**, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

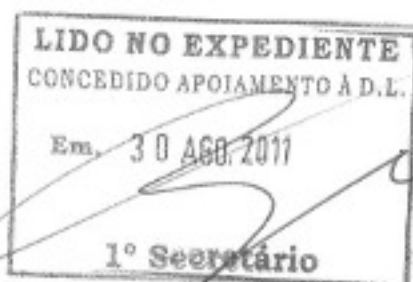
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

Projeto de lei nº

708/11




**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Nauru com sede e foro no município de Curitiba no Estado do Paraná.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Nauru, com sede e foro no município de Curitiba, neste Estado.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2011.

  
**Tadeu Veneri**  
**Deputado Estadual**



**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Nauru vem a 03 (três) anos, promovendo assistência social, principalmente no amparo e proteção social as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, prestando a eles apoio moral, educacional, e profissional, promoção da cultura, defesa conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação e da saúde, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, implementação de ações de prevenção ao uso de substância psicoativas(álcool e outras drogas) através de orientação nas áreas de saúde, educação, e assistência social, estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 2011.

**Tadeu Veneri**  
**Deputado Estadual**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 708/2011**

**Projeto de Lei nº. 708/2011**

**Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **Instituto Nauru**, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –**  
**LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS**  
**- PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Nauru**, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

•




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**